



# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E MUNICÍPIO

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e os Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2016

## INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS

NURMBERG, Maricelia Aparecida (UFGD)  
FURTADO, Alessandra Cristina (UFGD)

**RESUMO:** O número de alunos com deficiência matriculados na educação básica tem aumentado e com isso exigido mudanças para que os alunos tenham acesso aos espaços, ao conhecimento, as informações e também nas metodologias de ensino para que cada aluno possa ter suas especificidades atendidas e uma aprendizagem de qualidade. A inclusão não ocorre somente com o acesso, mas com a permanência e desenvolvimento com sucesso. Neste trabalho objetiva-se analisar o que são adaptações curriculares e como elas devem ser pensadas e organizadas para alunos com diversas deficiências matriculados no Ensino Fundamental anos finais. Para a realização da pesquisa utilizou-se da pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e documental a partir de publicações como artigos, livros e a legislação sobre o tema. Garantir a educação para todos é um desafio enfrentado cotidianamente nas instituições escolares e exige o envolvimento de todos com responsabilidade, comprometimento e aperfeiçoamento constante.

**Palavras-chave:** Inclusão. Atividades adaptadas. Acesso e permanência.

### Introdução

As escolas regulares têm um papel importante na inclusão dos alunos com deficiência que vai além de uma estrutura física adequada, da matrícula, demanda que haja um esforço conjunto para eliminar as barreiras que impedem a permanência, o desenvolvimento e a aprendizagem com qualidade visando uma educação mais equitativa para todos.

Um dos aspectos primordiais é o acolhimento de todos os alunos e o planejamento de atividades que vão de encontro às especificidades de cada aluno, suas potencialidades e possibilidades de avanços, o que demanda comprometimento desde a elaboração dos documentos que regem o funcionamento da escola, a organização do currículo, dos espaços e atividades para que todos possam participar e que o ritmo de cada aluno seja respeitado.

Realização:



Apoio:





# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul e Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2016

O número de alunos matriculados na educação básica e que tem apresentado laudo de alguma deficiência tem aumentado e atualmente em quase todas as salas de aula há um ou mais alunos inclusos, o que demanda que o Professor reveja seu planejamento, objetivos, metodologia e formas de avaliar para que suas aulas sejam mais acessíveis em nível de conteúdo e informações para que os alunos tenham uma aprendizagem de qualidade.

A adaptação de atividades é importante no processo de inclusão de alunos com deficiência, pois permite que o aluno aprenda e avance. Para que a aprendizagem seja efetiva é preciso colaboração entre os docentes e professores especializados para planejar atividades que contemplam o conteúdo trabalhado com a turma, mas também as potencialidades do aluno com deficiência.

Nos anos finais do Ensino Fundamental os alunos precisam aprender conteúdos de diversas disciplinas e exige estudo, leitura, interpretação, escrita etc. Quando o aluno com deficiência tem seu direito a adaptações atendidas ele pode aprender no seu ritmo e a partir de uma metodologia que ele comprehende e percebe suas potencialidades, melhorando sua autoconfiança e desejo de aprender e avançar para outras etapas.

O livro didático é um dos materiais utilizados para o ensino nas turmas do Ensino Fundamental que é organizado de forma padronizada e não há conteúdos acessíveis à diversidade de alunos público-alvo da Educação Especial, pois apresenta muitas informações, a distribuição dos conteúdos nas páginas, o formato da letra e excesso de informações não é atrativo e não contribui com o aprendizado dos alunos com deficiência, principalmente dos que ainda não estão alfabetizados, o que é uma realidade observada em diversas turmas.

Neste trabalho objetiva-se discorrer sobre o que são adaptações curriculares, como elas podem ser pensadas e efetivadas visando uma maior aprendizagem dos alunos com diversas deficiências matriculados no Ensino Fundamental – Anos Finais. Para a realização da pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa por meio do levantamento de referências bibliográficas e documentais como artigos, livros e a legislação sobre o tema.

Realização:

**GEPPEF**  
Grupo de Estudos e Pesquisas Inovadoras Educacionais e Formação de Professores

Apoio:

**GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL**

**Fundect**  
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento das Universidades Estaduais do Mato Grosso do Sul

**PAE**  
Programa de Apoio a Jovens Estudantes

**UEMS**  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

**UFMS**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**UFGD**  
PPGEdU  
Programa de Pós-Graduação em Educação

**INSTITUTO FEDERAL**  
Mato Grosso do Sul  
Campus Dourados

**SEMED**  
Secretaria Municipal de Educação

**FÓRUM MUNICIPAL**  
DE EDUCAÇÃO DE DOURADOS



# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E MUNICÍPIO

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e os Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2015

O artigo está organizado abordando inicialmente o que são as adaptações e o que as legislações apresentam acerca do tema, passando em seguida a algumas indicações práticas acerca das adaptações curriculares, análise e discussão dos resultados.

## 1- Adaptações nas legislações

No dicionário Aurélio adaptar significa “modificar (algo) para que se acomode, se ajuste ou se adéquue (a uma nova situação), um determinado fim, um meio de comunicação; ajustar-se, acomodar-se, ou encaixar-se uma coisa a outra” (Rios, 2010, p.12). Pensando na questão da inclusão tais definições não estão de acordo com os princípios da perspectiva inclusiva, pois leva a compreensão de que a pessoa com deficiência é quem precisa se adaptar ou se encaixar, e não o contrário. Embora haja divergências sobre qual termo mais adequado se adaptações, adequações, flexibilizações, o termo adaptações será mantido, pois é o que foi utilizado nas legislações e autores citados para fundamentar as discussões neste texto.

O Parecer CNE/CEB nº 17/2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, destaca que a inclusão não é apenas a permanência física dos alunos com deficiência na rede regular de ensino “mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como de desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades” (Brasil, 2001).

A Lei Brasileira de inclusão (LBI) nº13.146/2015 no Art. 27 retoma o aspecto do direito das pessoas com deficiência à educação e reforça a necessidade de um sistema educacional inclusivo e aprendizado ao longo da vida, “de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” (Brasil, 2015).

Dentre as atribuições do poder público citadas na LBI está o aprimoramento dos sistemas de ensino para “garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena” e a necessidade de “adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia” (Brasil, 2015, Art.28).

Realização:



Apoio:



SEMED





# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e os Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2024

Em 2024 ocorreu a homologação do Parecer 50/2023 que apresenta orientações acerca do atendimento a Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e trouxe alguns apontamentos sobre o papel do professor regente no atendimento aos estudantes com TEA:

Ele é responsável por planejar, adaptar e implementar estratégias pedagógicas que atendam às necessidades pedagógicas de toda a turma. Deve estar preparado para garantir a acessibilidade curricular e metodológica, como a utilização de recursos visuais, estratégias de comunicação alternativa e a organização do ambiente da sala de aula, entre outros, de acordo com as necessidades educacionais dos estudantes com TEA. Para isso, deve ser apoiado pelo professor do AEE e pela equipe pedagógica da escola onde atua (Brasil, 2023, p.17).

Embora o parecer seja mais direcionado ao atendimento dos alunos com TEA as orientações que são pontuadas também são pertinentes para o atendimento aos demais alunos com deficiência, que também demandam acessibilidade curricular e metodológica, a organização dos espaços, estímulo para a interação entre os alunos, o respeito às diferenças e evitar a discriminação ou preconceito. O documento também ressalta a necessidade de formação continuada dos Professores em educação inclusiva, pois a formação na área contribui para a eliminação de barreiras por meio de um planejamento que promova a participação e a aprendizagem dos estudantes.

A partir disso é notório indagar o que são as adaptações curriculares e como elas podem contribuir para um maior aprendizado dos alunos com deficiência? É preciso pensar um currículo para cada aluno ou tipo de deficiência? Uma definição acerca das adaptações pode ser encontrada no documento do Ministério da Educação onde caracteriza como “ajustes graduais que se promovem no planejamento escolar e pedagógico, bem como nas ações educacionais, em resposta às necessidades educacionais especiais de alunos” (MEC, 2000, p.16, v.4).

Para Stainback, Stainback, Stefanich e Alper (1999, p.241) os objetivos educacionais básicos possam ser os mesmos para todos os alunos, “os objetivos específicos de aprendizagem curricular podem precisar ser individualizados para serem adequados às necessidades, às habilidades, aos interesses e as competências singulares de cada aluno”.

Para Sebastian-Heredero (2010, p.1999) os objetivos de uma escola inclusiva devem ser: “promover a aprendizagem e a formação integral dos alunos; Dar autonomia ao trabalho dos alunos; Facilitar as oportunidades para a aprendizagem cooperativa;

Realização:



Apoio:



SEMED





# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e os Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2010

Atingir o máximo desenvolvimento dos alunos". O autor detalha que "não é um novo currículo, mas sim um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos" (p.200).

Em consequência afetam os elementos de acesso: espaços, tempo, agrupamentos, materiais, recursos; afetam parcialmente alguns elementos do currículo, pois supõem alterações na metodologia didática, ritmo de instruções; não afetam o currículo básico da matéria: objetivos, conteúdos e critérios de avaliação. Trata-se de ajustes pouco significativos nos conteúdos, formas de ensinar, à sequenciação e planificação de conteúdos e tarefas; ou até as estratégias de avaliação, procedimentos de avaliação, ou recursos utilizados (Sebastian-Heredero, 2010, p.201).

Ao fazer as adaptações os professores podem priorizar alguns objetivos, os conteúdos podem ser ajustados para não serem excessivos. A metodologia de ensino deve ser diversificada, as avaliações utilizando instrumentos e formas diversas. O tempo para realização das atividades adequado ao ritmo de aprendizagem do aluno (Nascimento, 2025).

Adaptar significa reduzir os conteúdos e inserir imagens? Como fazê-las para que contribuam com a eliminação de barreiras e o aprendizado dos alunos com deficiência? De acordo com Aranha (2002, p.5) as adaptações curriculares, "são os ajustes e modificações que devem ser promovidos nas diferentes instâncias curriculares, para responder às necessidades de cada aluno, e assim favorecer as condições que lhe são necessárias para que se efetive o máximo possível de aprendizagem".

Conforme Stainback, Stainback, Stefanich e Alper (1999, p.250) "o currículo apresentado a todos os alunos deve desafiá-los a aprimorar ao máximo as suas habilidades e a superar as realizações anteriores, com os apoios e métodos adaptações necessárias". Ou seja, as adaptações devem contribuir para desafiar os alunos e avançar na aprendizagem e não tornar os conteúdos mais fáceis ou infantilizados.

## 2. Algumas indicações práticas acerca das Adaptações Curriculares

A organização do planejamento dos docentes deve considerar a diversidade de alunos presentes na sala de aula e as características individuais, pois cada aluno com deficiência tem suas especificidades. É importante que ele organize o ambiente, a

Realização:



Apoio:



SEMED





# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e os Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2020

utilização de recursos, os mobiliários, as estratégias de ensino conforme os conteúdos que serão trabalhados e tenha sempre presente quais os objetivos devem ser alcançados, as metodologias de ensino que utiliza e a forma de avaliação que deve ser diversificada (MEC, 2020, v.6).

Ao fazer adaptação curricular é notório considerar o perfil de cada estudante para planejar as aulas respeitando as potencialidades e necessidades individuais. Os alunos com Deficiência Intelectual (DI), por exemplo, têm dificuldade de abstração, de raciocínio e necessitam que o conteúdo seja trabalhado de forma concreta, de suportes diferentes.

Podem apresentar também rendimento abaixo da média e comprometimento na realização de atividades que envolvam habilidades sociais e práticas do dia a dia. Precisam de atividades práticas, não muito fáceis ou infantilizadas, de um tempo maior para realizarem, que seu ritmo seja respeitado, que envolvam situações do cotidiano, comandos claros e objetivos, uso de pistas visuais, materiais tátteis e avaliações diversificadas (MEC, 2000, p.19, v.6).

A estrutura das atividades deve facilitar o entendimento, tornando o conteúdo mais acessível e também funcional para o estudante, com linguagem clara e objetiva. Para tanto, é possível utilizar recursos visuais e textuais de apoio, com setas, diagramas, cores, pictogramas e imagens que facilitem tanto a compreensão do conteúdo como a sequência de realização da atividade; ou mesmo materiais tátteis e manipulativos, principalmente para ajudar na compreensão de conceitos abstratos (Nascimento, 2025, p.77).

Os alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) podem apresentar alguns interesses restritos ou hiper focos que podem ser um ponto de partida para pensar em atividades significativas e que envolvam temas do seu interesse e ir avançando para os conteúdos que precisam ser trabalhados. Ao organizar atividades é relevante que o professor reduza os enunciados e apresente frases objetivas curtas, com apoio visual e menos informações por página, não utilize metáforas ou figuras de linguagem. A fragmentação das tarefas complexas em partes menores pode evitar comportamentos de fuga ou desinteresse em relação às atividades.

As adequações para alunos surdos envolvem a apresentação das informações utilizando a Libras e o português, imagens ou um sistema alternativo de comunicação adaptado, apresentar as informações e contextualizar, promover a interpretação de textos por meio de materiais como pintura, desenho, mímica, dentre outros. Organizar

Realização:

**GEPPEF**  
Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares Educacionais e Formação de Professores

Apoio:

**GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL**

**Fundect**  
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico, Cultural e Tecnológico do Estado de Mato Grosso do Sul

**PAE**  
Programa de Apoio à Pesquisa, Extensão e Inovação

**UEMS**  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

**UFMS**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**UFGD**  
PPGEdU  
Programa de Pós-Graduação em Educação

**INSTITUTO FEDERAL  
Mato Grosso do Sul**  
Campus Dourados

**SEMED**  
Secretaria Municipal de Educação

**FÓRUM MUNICIPAL  
DE EDUCAÇÃO DO DOURAD**



# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul e Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2016

a sala para que o aluno fique sentado na primeira carteira, falar devagar e de frente para ele para que possa fazer leitura labial se necessário ou possa visualizar a interpretação feita pelo intérprete de Libras. Utilizar vídeos com legenda ou que tenham tradução para Libras e ter flexibilidade na correção das atividades, pois a escrita pode apresentar variações linguísticas.

Os alunos com deficiência visual demandam que o espaço da sala de aula seja organizado para que ele possa sentar próximo a porta o que facilita sua locomoção, que os mobiliários não sejam obstáculos para seu deslocamento e evitar acidentes. O professor deve fornecer informações verbais sobre o conteúdo e material utilizado em sala fazendo a descrição de imagens, vídeos, do conteúdo escrito na lousa; Utilizar recursos adaptados como livro falado, tecnologias assistivas, material em alto-relevo ou em Braille. Oferecer auxílio e suporte verbal para locomoção do aluno, caso ele necessite.

Os alunos com deficiência necessitam de apoio individualizado que pode ser oferecido pelo professor regente, professor de apoio pedagógico educacional ou profissional de apoio, entretanto o planejamento e as adequações devem ser feitas pelo regente ou das disciplinas que é responsável pelo ensino dos alunos.

## Metodologia

A pesquisa desenvolvida tem por abordagem qualitativa, por meio de levantamento bibliográfico aprofundou-se sobre questões referentes às adaptações pedagógicas para alunos com deficiência. A pesquisa de caráter bibliográfico permitiu o levantamento de autores sobre esta temática e desta forma visualizar como a compreensão da temática pode contribuir para que o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência seja mais significativo. Por meio do texto das legislações foi possível compreender como as adaptações devem ser um direito assegurado e efetivado a todos os alunos com deficiência.

## Análise e Discussão dos dados

Nas escolas regulares brasileiras temos o uso do livro didático para cada disciplina. Estes são selecionados com enfoque na abrangência dos conteúdos curriculares. Os livros didáticos possuem conteúdos extensos e muitos exercícios para serem

Realização:



Apoio:



SEMED





# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e os Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2016

resolvidos, muitas informações e tipo que letra que os alunos com deficiência têm dificuldade para compreender. A metodologia utilizada para uso do livro acaba sendo ler, copiar e responder as perguntas e não há uma diversificação das metodologias de ensino.

Os Professores necessitam de formação continuada para atender a diversidade de alunos que há em sala de aula. Encontram diversos desafios para fazer seu trabalho: conhecer os alunos, suas habilidades e potencialidades, fazer adaptações de atividades, compreender o que eles conseguem fazer com autonomia e o que precisam de suporte e como transformar conteúdos abstratos em informações concretas a partir de tantas informações contidas no livro didático. Também precisam trabalhar com questões comportamentais dos alunos e que não foram orientados ou formados acerca desse manejo comportamental.

Podem contar com o auxílio de um professor de apoio, profissional de apoio, mediador dentre outros. Vemos aumentar o número de alunos matriculados nas escolas, a acessibilidade precisa ser efetivada principalmente com relação às atitudes, comunicacionais e pedagógicas que ainda são grandes entraves para a inclusão. É urgente que nossos governantes levem a sério a inclusão e as políticas sejam mais claras acerca dos profissionais que devem acompanhar tais acadêmicos e suas atribuições, a contratação de Professores com formação em nível de especialização, visando a valorização dos Professores e não a precarização da educação.

É preciso romper com os discursos e atitudes capacitistas dos professores de que os alunos com deficiência não conseguem aprender e avançar e que podem ser oferecidas quaisquer atividades, sem muitos desafios. E possibilitar um ensino mais significativo, metodologias e formas de avaliação diferenciadas que contemplam as especificidades dos alunos e os levem a avançar na aprendizagem.

Outra questão que necessita de reflexão é o processo de alfabetização dos alunos com deficiência que necessitam de estímulos diversos e de suporte. Entretanto, temos visto alunos com deficiência nos anos finais do Ensino Fundamental ainda não alfabetizados, com muitos desafios pela frente para ter autonomia e continuarem estudando, precisam de um olhar mais sensível e ações concretas para que possam avançar, aprendam a ler, escrever, e possam prosseguir nos estudos.

## Conclusões

Realização:

**GEPPEF**  
Grupo de Estudo e Pesquisa Inovadora Educacional e Formação de Professores

Apoio:

**GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL**

**Fundect**  
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

**PAE**  
Programa de Apoio a Jovens Estudantes

**UEMS**  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

**UFMS**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**UFMS**

**PPGEdU**  
Programa de Pós-Graduação em Educação

**INSTITUTO FEDERAL**  
Mato Grosso do Sul  
Campus Dourados

**SEMED**  
Secretaria Municipal de Educação

**FÓRUM MUNICIPAL**  
DE EDUCAÇÃO DE DOURADOS



# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e os Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MT, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2016

A adaptação de atividades é importante no processo de inclusão de alunos com deficiência, pois permite que o aluno aprenda e avance. Para que a aprendizagem seja efetiva é preciso colaboração entre os docentes e professores especializados para planejar atividades que contemplam o conteúdo trabalhado com a turma, mas também as potencialidades do aluno com deficiência.

Nos anos finais do Ensino Fundamental os alunos precisam aprender conteúdos de diversas disciplinas e exige estudo, leitura, interpretação, escrita etc. Quando o aluno com deficiência tem seu direito a adaptações atendido ele pode aprender no seu ritmo e a partir de uma metodologia que ele comprehende e percebe suas potencialidades, melhorando sua autoconfiança e desejo de aprender e avançar para outras etapas.

## Referências Bibliográficas

### Livro/ capítulo de livro

ARANHA, M.S.F. **Referenciais para construção de sistemas educacionais inclusivos** – a fundamentação filosófica – a história – a formalização. Versão preliminar. Brasília: MEC/SEESP, nov. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva** - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, C327 2000 | 96p.: il.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva** - garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: adaptações curriculares de pequeno porte. Brasília, MEC/SEE, 2000.

NASCIMENTO, Grazielly Vilhalva Silva do. **Estratégias para inclusão de alunos com TEA**: materiais adaptados, desenho universal e tecnologias assistivas. In: Escolas inclusivas: práticas e reflexões de docentes / Jane Corrêa Alves Mendonça (Organizadora). – Belém: RFB, 2025.

STAINBACK, William; STAINBACK, Susan; STEFANICH, Grege; ALPER, Sandy. **Aprendizagem nas escolas inclusivas**: e o currículo? In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores; tradução Magda França Lopes- Porto Alegre: Artmed, 1999, p.240-251.

### Dicionário

RIOS, Dermival Ribeiro. **Minidicionário escolar da língua Portuguesa**. São Paulo: DCL, 2010.

### Artigo de periódico

Realização:



Apoio:





# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e os Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2023

HEREDERO, E. S. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum. Education.** Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010.

## Fontes

BRASIL. **Lei no 12.764, de 27 de Dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em 10 jul. 2025.

BRASIL. **Lei no 13.146, de 6 de Julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em 10 jul. 2025.

Brasil. **Parecer CNE/CP nº: 50/2023** homologado em 13/11/2024. Reanálise do Parecer CNE/CP nº 50, de 5 de dezembro de 2023, que tratou das Orientações Específicas para o PÚblico da Educação Especial: Atendimento a Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=265021-pcp050-23-reanalise&category\\_slug=dezembro-2023-pdf&Itemid=30192](https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=265021-pcp050-23-reanalise&category_slug=dezembro-2023-pdf&Itemid=30192). Acesso em 10 jul. 2025.

Realização:

**GEPPEF**  
Grupo de Estudo e Pesquisa Inclusões Educacionais e Formação de Professores

Apoio:

**GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL**

**Fundect**  
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento das Universidades Federais e à Pesquisa, Extensão e Inovação do Estado do Mato Grosso do Sul

**PAE**  
Programa de Apoio a Jovens Estudantes

**UEMS**  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

**UFGD**  
Universidade Federal de Goiás - Campus Goiânia

**PPGEdU**  
Programa de Pós-Graduação em Educação

**INSTITUTO FEDERAL**  
Mato Grosso do Sul  
Campus Dourados

**SEMED**  
Secretaria Municipal de Educação

**FÓRUM MUNICIPAL**  
DE EDUCAÇÃO DE DOURADOS